

REUMAM, V. 4, N. 1, 2019, ISSN online 2595-9239

GEOHISTÓRIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UMA REFLEXÃO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NA FRONTEIRA DO SUDESTE PARAENSE

Mateus Monteiro Lobato¹
Aluísio Fernandes Silva Júnior²

RESUMO: Este artigo é um esforço intelectual para compreender uma parte das transformações territoriais ocorridas na fronteira amazônica, especificamente o Sudeste Paraense. Tendo em vista esse enfoque, buscamos lançar um olhar sobre a trajetória histórica da fronteira tentando capturar os principais desdobramentos na malha territorial. A premissa teórica subjacente a análise é de que as determinações gerais da reprodução do capital incidentes ao longo do tempo animaram os sujeitos sociais a impingir mudanças territoriais. Logo, as principais atividades econômicas desenvolvidas no Sudeste Paraense: caucho, castanha, madeira, pecuária e mineração, são responsáveis por instrumentalizar os sujeitos sociais que atuam no território. O recorte temporal foi estipulado a partir da primeira atividade relevante conduzida no Sudeste Paraense até os dias atuais. E a representação cartográfica procurou capturar os momentos chaves de cada uma dessas atividades econômicas.

PALAVRAS-CHAVE: Geohistória, Território, Transformações Territoriais.

GEOHISTORY IN THE BRAZILIAN AMAZON: A REFLECTION ON TERRITORIAL TRANSFORMATIONS ON THE BORDER OF SOUTHEAST PARAENSE

ABSTRACT: This article is an intellectual effort to understand part of the territorial transformations that took place on the Amazon frontier, specifically the Southeast of Pará. In view of this approach, I sought to take a look at the historical trajectory of the frontier, trying to capture the main developments in the territorial network. The theoretical premise underlying the analysis is that the general determinations of the reproduction of capital over time have encouraged social subjects to impose territorial changes. Therefore, the main economic activities developed in the Southeast of Pará: rubber, chestnut, timber, livestock and mining, are responsible for instrumentalizing the social subjects that work in the territory. The time frame was stipulated from the first relevant activity conducted in Southeast Para until the present day. And the cartographic representation sought to capture the key moments of each of these economic activities.

KEYWORDS: Geohistory, Territory, Territorial Transformations.

¹Geógrafo. Doutor em Geografia, Universidade Federal do Pará (UFPA), E-mail: monteirolobato@ufpa.br

²Geógrafo. Doutor em Estudos Sociais Agrários, UFPA, E-mail: junior@ufpa.br

GEOHISTORIA EN LA AMAZONÍA BRASILEÑA: UNA REFLEXIÓN SOBRE LAS TRANSFORMACIONES TERRITORIALES EN LA FRONTERA DEL SURESTE DE ESTADO DE PARÁ

RESUMEN: Este artículo es un esfuerzo intelectual por comprender parte de las transformaciones territoriales que se dieron en la frontera amazónica, específicamente en el sureste de Pará. En vista de este enfoque, buscamos echar un vistazo a la trayectoria histórica de la frontera, tratando de captar los principales desarrollos en la red territorial. La premisa teórica que subyace al análisis es que las determinaciones generales de la reproducción del capital a lo largo del tiempo han animado a los sujetos sociales a imponer cambios territoriales. Por tanto, las principales actividades económicas que se desarrollan en el sureste de Pará: caucho, castaño, madera, ganadería y minería, son las encargadas de instrumentalizar a los sujetos sociales que actúan en el territorio. El plazo se estipuló desde la primera actividad relevante realizada en el sureste de Pará hasta la actualidad. Y la representación cartográfica buscó captar los momentos clave de cada una de estas actividades económicas.

PALABRAS CLAVES: Geohistoria, Territorio, Transformaciones territoriales.

INTRODUÇÃO

O processo histórico da humanidade é o objeto de pesquisa que por excelência dos historiadores (BLOCH, 2000). Contudo, ele também pode ser acessado por outras ciências na busca de elementos que enriquecem outras análises setoriais. É assim que surgem ramos específicos de uma determinada ciência, como é o caso da Geografia ao estabelecer a Geohistória.

Buscando contribuir para ampliar essa área específica da Geografia que aponta a proposta desse artigo: fazer uma análise das transformações territoriais que ocorreram no Sudeste Paraense. Isso tendo como ponto de partida a primeira frente de ocupação que instituiu um assentamento permanente até os dias mais recentes. Evidentemente que a análise dessas transformações territoriais não esgotará a plenitude dos ocorridos, já que aqui será focado apenas numa perspectiva territorial.

Ainda do ponto de vista metodológico, não é demais ressaltar que esse estudo faz parte de um esforço geohistórico, isto é, uma análise diacrônica do espaço geográfico. Nesse viés, a discussão vai se embasar numa perspectiva particular de entendimento do que seja a geohistória.

A geohistória aqui será uma análise histórica, sincrônica, do espaço geográfico a partir de um olhar que mira nos processos incidentes em cada momento do tempo histórico (ABREU, 2000). A partir desse ponto de vista metodológico assumimos cada

determinação histórica como um elemento fundamental para compreender as transformações que ocorreram no espaço geográfico desse recorte paraense (LOBATO, 2018; LOBATO; SOARES, 2015, 2017). Logo, esse é um estudo geohistórico focado na geopolítica, pois se propõe analisar as questões relativas ao poder nos tempos pretéritos (DROULERS, 2001).

Como visto em Lobato (2018), cada determinação regional protagonista coincide com as determinações capitalistas do tempo em questão, ou seja, as atividades predominantes do recorte: caucho, castanha, pecuária, madeireira e mineração. Sendo em cada uma delas há sujeitos sociais por trás comandando a sua reprodução e auferindo poder político para empreender as transformações no território.

Nesse viés, algumas palavras devem ser materializadas sobre o termo recorte espacial, já que a área priorizada, ou recorte espacial de análise, aqui definida como Sudeste Paraense, é muito abstrata e causa confusões geográficas. Isso porque ao mencionar Sudeste Paraense o estudo está assumindo que a área em questão está sob o alcance dessas atividades em tela, ou, em outras palavras, a abrangência das transformações provocadas pelo desenvolvimento dessas atividades. Apesar de ser um recurso muito arriscado, pois amplia a base de análise para além dos recortes municipais e estaduais, é uma maneira de assentar a reflexão sob uma base material/real. Para evitar perder o rumo da interpretação analítica proposta, escolhemos adotar o município de Marabá, pois ele foi historicamente constituído como polo regional dessas atividades econômicas.

Com isso posto, a interpretação dos efeitos de cada atividade econômica nas dinâmicas territoriais vai buscar observar qual a implicação no recorte territorial municipal. Logo, entendemos aqui que uma das grandes influências para as modificações na malha territorial dos municípios do Sudeste Paraense é a reprodução das atividades econômicas determinantes.

Por efeito, usarei as malhas oficiais do Estado do Pará em oito momentos distintos: 1900, 1911, 1920, 1933, 1950, 1970, 1991 e 2010. Cabe frisar que a escolha desses anos foi feita obedecendo a disponibilidade das malhas territoriais digitais no IBGE.

Como essas malhas territoriais são reflexos da dinâmica social, o princípio do artigo é que a redefinição delas é provocada por algum evento ou atividade com significativa importância. Destarte, as mudanças ocorridas nos limites territoriais municipais do Sudeste Paraense são em partes ocasionados pela dinâmica de cada uma dessas atividades econômicas colocadas pelos sujeitos dominantes. De cada uma delas emergiram fluxos

migratórios, construção de infraestrutura, novos sujeitos, novos blocos de poder político e tantos outros fatos e acontecimentos que incidiram direta ou indiretamente.

Ainda no âmbito da representação cartográfica optei por apresentar o recorte de análise de maneira mais simples possível. Essa atitude acabou por sacrificar os elementos cartográficos fundamentais, entretanto, deu um objetivo específico à representação. Nesse sentido os “mapas” do artigo mostram apenas a malha municipal e a hidrografia como forma de dar mais ênfase possível nas mudanças.

A GEOHISTÓRIA DO SUDESTE PARAENSE E AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS

O Sudeste Paraense foi uma das últimas áreas do Estado a ser penetrada por uma frente colonizadora que chegou a estabelecer um povoamento sólido. Antes disso essa área era habitada por populações tradicionais, alguns missionários e exploradores. O que existiu de mais importante foi uma base que servia para uma colônia penal e posto de fiscalização na embocadura dos rios Araguaia e Tocantins. Por essa ocupação esparsa do Sudeste Paraense é que a frente pioneira que estabeleceu núcleos que permaneceram até hoje foram aquelas pecuaristas vindo do Nordeste e fundaram Marabá (EMMI, 1999; VELHO, 1980).

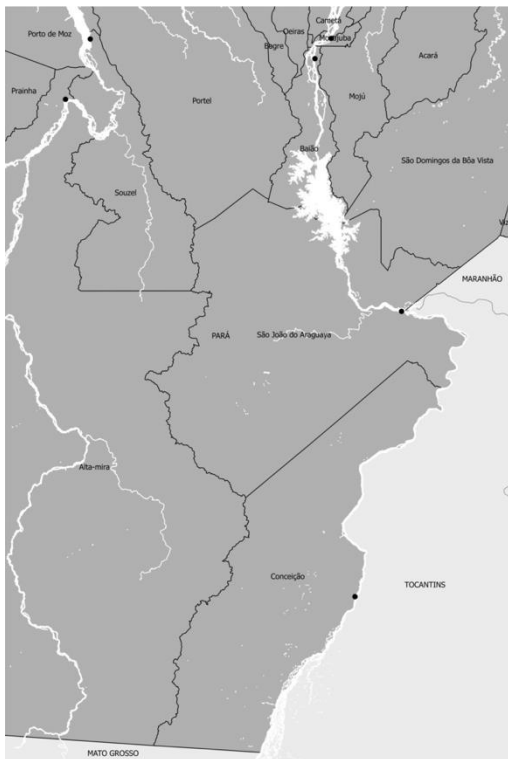
Figura 1 — Malha oficial de 1900.



Fonte: Autores, 2020.

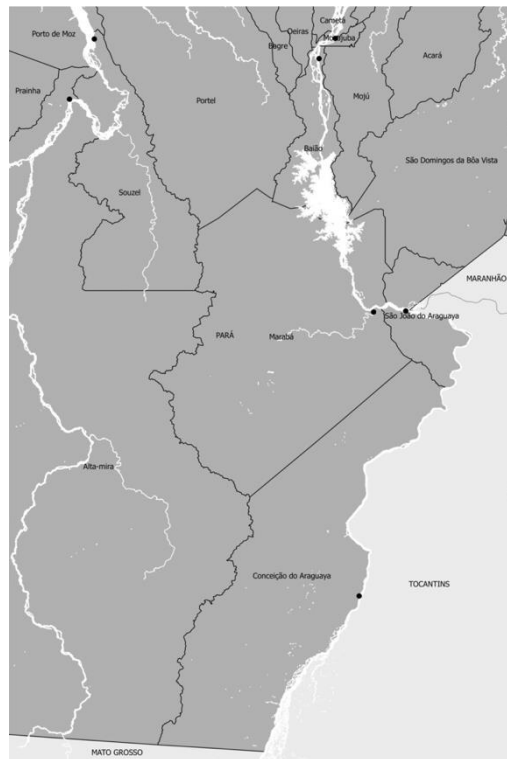
Essa pouca importância é traduzida na malha territorial, pois é possível observar que em 1900 não existiam municípios abaixo da sede de Baião, fazendo com que a área a esquerda do vale do Tocantins tenha sido deste município, como é visto na Figura 1. Até este momento, as frentes já existiam, já tinham importância, mas a malha territorial paraense ainda não tinha traduzido sua importância. Isso só vai ocorrer mais tarde, em 1911, quando uma nova malha vai ser oficializada nos registros (Figura 2).

Figura 2 — Malha oficial de 1911.



Fonte: Autores, 2020.

Figura 3 — Malha oficial de 1920.



Fonte: Autores, 2020.

Mesmo com a atividade do caucho no auge, Marabá, a sede estratégica dessa atividade, ainda não aparece enquanto município. Os dois primeiros municípios a aparecer na malha territorial de 1911 foram São João do Araguaia e Conceição do Araguaia. Tanto um quanto o outro estão relacionados a vigilância/controlar e a atuação missionária, respectivamente.

Marabá vai emergir oficialmente apenas na malha de 1920, pois sua criação data de 1913. Ele é desmembrado de São João do Araguaia e já está saindo da exploração do caucho e entrando na extração de castanha. É nesse momento em que as oligarquias tocantinas, que dominaram o Sudeste Paraense por muito tempo agindo na economia, na política e no comércio, se estabelecem. Esse momento é a consolidação dessa

oligarquia que vai influenciar determinantemente a cena política do Sudeste Paraense nas próximas décadas (EMMI, 1999).

São essas oligarquias que tiveram papel importante na definição dos limites municipais de 1933, quando o município de São João do Araguaia deixa de existir e é incorporado a Marabá. Isso se deveu em parte pela pujança econômica que essa oligarquia tinha, mas principalmente porque, como analisou Tavares (2008), as regras para a criação e existência de municípios foi endurecida. Como a economia do caucho entra em declínio e o povoamento passa a ser muito flutuante, obedecendo a sazonalidade da safra da castanha, várias pessoas emigraram e isso influenciou nos assentamentos dessa área.

Por certo que a ligação e o peso político dessa oligarquia influenciaram sobremaneira para a redefinição que se materializou no recorte territorial de 1933 (Figura 3). Ela até chegou a tencionar para o município deixar de fazer parte do Pará e ser incorporado ao Maranhão (EMMI, 1999).

Figura 4 — Malha oficial de 1950.



Fonte: Autores, 2020.

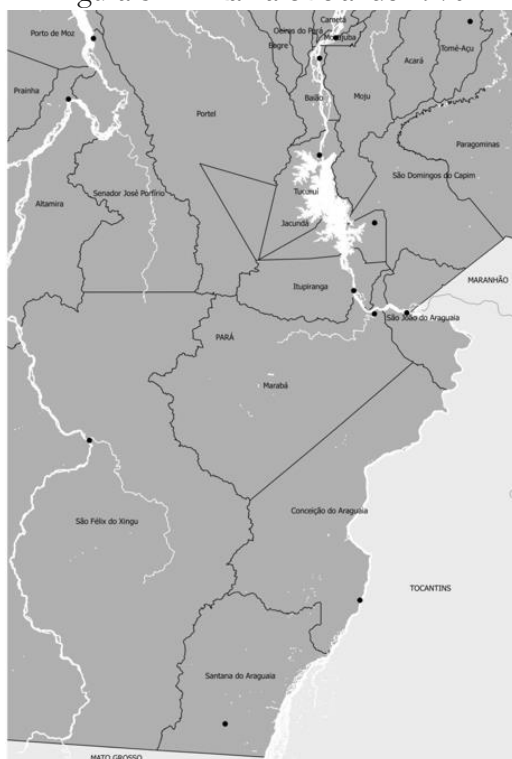
Em 1950 (Figura 4), com Oligarquia do Tocantins consolidando-se por meio da atividade de extração da castanha, acontece mais uma redefinição importante: a criação do município de Itupiranga. Este era um povoado formado por caucheiros, mas como estava as margens

do rio Tocantins e era extremamente importante para a circulação por esse curso d'água devido as corredeiras que existiam. Essa unidade territorial se consolidou a partir desse papel e chegou a ser uma das pontas da Estrada de Ferro do Tocantins, onde as embarcações paravam e faziam a mudança de modal para seguir viagem (VELHO, 1980).

Todavia, a exploração da castanha ganha robustez e solidifica o poder oligárquico em Marabá, que passa a ser o centro de poder do Sudeste Paraense. Esse poder das oligarquias vai ser suficiente para estabilizar e sufocar qualquer tentativa de emergência de outros sujeitos sociais. Isso significou dizer que quaisquer iniciativas de contestação desse poder eram prontamente reprimidas, com instrumentos políticos ou na base da violência (EMMI, 1999).

Tal conjuntura só vai se modificar a partir da década de 1970, já com os militares no poder que usaram de muita truculência para quebrar essa estrutura de poder montada. Isso abriu margens para novos sujeitos sociais migrantes de outros locais se estabelecerem no Sudeste Paraense, passando a contestar o poder da oligarquia. Assim, a ação dos governos militares foi decisiva para modificar o perfil produtivo da fronteira paraense, introduzindo novas atividades: pecuária, madeira e mineração, quiçá, novos sujeitos sociais (LOBATO, 2012).

Figura 5 — Malha oficial de 1970.



Fonte: Autores, 2020.

Na imagem de 1970 algumas poucas modificações, Santana do Araguaia é desmembrado de Conceição do Araguaia e São João do Araguaia volta a existir enquanto ente federativo. É importante lembrar que esse é o momento decisivo do período ditatorial que ocorreu no Brasil: alguns anos após a instauração do Ato Institucional n. 5 (AI-5), que retirou muitas aberturas políticas e sociais. Essa época foi também o período desenvolvimentista brasileiro, isto é, momento em que a economia nacional cresceu em ritmo bastante acelerado.

Todos esses fatores sinergiram para construir um cenário da questão municipal bastante complexo, já que o crescimento econômico, principalmente do Sudeste Paraense, instrumentalizou a população no sentido de uma demanda pela criação de novos municípios, as quais o regime ditatorial cuidou de sufocar bastante, mas que vai mostrar os resultados bem mais tarde, isto é, nos anos finais da década de 1980 e início dos anos de 1990 (LIMA, 1993).

Porém, como argumentou Lima (1993), a autonomia política não pode ser destituída da autonomia financeira. E essas duas vertentes se encontraram após os militares deixarem o comando direto do país e a abertura política se tornasse maior. Por isso, que nos fins da década de 1980 e inícios de 1990 a taxa de criação de novos municípios foi extremamente alta.

Isso se explica, primeiramente pela nova perspectiva do pacto federativo brasileiro que consolidou o município como uma unidade de gestão importante e concedeu abertura política, mas de outra forma também, no caso específico do Sudeste Paraense, pelas atividades que se instalaram e se consolidaram: pecuária, extração madeireira e mineração, pois essas permitiram o surgimento e fortalecimento de novos sujeitos sociais que alcançaram prestígio e poder, que passaram a tencionar o pacto federativo (LIMA, 1993; ROCHA, 2013).

A partir dessa breve, porém, relevante explicação, é possível ver de forma mais clara a configuração que foi cristalizada em 1991 (Figura 6). Já com todas as variáveis políticas e econômicas atuantes ficou visível no Sudeste Paraense a proliferação de novas unidades federativas. De cinco municípios em 1970, o número elevou-se para vinte e nove em 1991, um crescimento de quase seis vezes.

Sendo que vários deles estão diretamente ligados às atividades desenvolvidas na fronteira, como são os casos de Parauapebas e Ourilândia do Norte, resultados dos desdobramentos do Projeto Grande Carajás instalado na Amazônia. Por ser uma

atividade econômica com fortes relações internacionais, ela trouxe consigo um aparato político e burocrático externo ao Sudeste Paraense: médicos, técnicos, funcionários e um cabedal de outros profissionais. E o contato destes com os que aqui estavam provocou rearticulações e fragmentações do poder municipal constituído ao longo dos anos, tendo como claro objetivo garantir o funcionamento da dinâmica mineral (SILVA, 2004).

Figura 6 — Malha oficial de 1991.



Fonte: Autores, 2020.

Entretanto, a profusão municipal não caminhou sozinha, mas também várias outras dimensões sociais se atrelaram e recrudesceram. Esse foi o caso, por exemplo, da econômica, pois a partir desse momento a base produtiva deixa de ter apenas uma atividade dominante: castanha. No campo das relações sociais a violência também acompanhou a escalada de criação de novos municípios, visto que a taxa de ameaças de morte e assassinatos foi a mais alta já vista, ou pelo menos quando se considera a documentação oficial.

Tudo isso é uma tradução da política de fronteira imposta ao Sudeste Paraense ao longo da gestão truculenta dos governos militares, que na base da força e da imposição modificaram o perfil social, agrário e produtivo da fronteira.

Dando sequência ao estudo, a próxima configuração territorial da Figura 7 é do ano de 2010, mas que perdura até hoje. Essa falta de dinamismo em parte se explica pela

rigidez com que a emancipação territorial começou a ser tratada a partir da década de 1990. Acontece que essa flexibilização das regras para a criação de novos municípios culminou com uma enxurrada de novos municípios, alguns com duvidosa viabilidade econômica. Por isso, em 1996, instituiu-se que deveria haver um Estudo de Viabilidade Municipal para averiguar a possibilidade de criação (ROCHA, 2013).

Figura 7 — Malha oficial atual.



Fonte: Autores, 2020.

Além de ter que provar a viabilidade do futuro município, a dinâmica da fronteira se estabiliza a partir da década de 1990. Essa mudança na fronteira fez com que a dimensão econômica deixasse de animar as iniciativas de criação de novos municípios. Esses são alguns dos motivos da malha territorial estabilizar na configuração territorial de trinta anos atrás.

Contudo, um novo espasmo econômico no final da década de 2000 e início da de 2010 trouxe uma nova movimentação. Porém, num sentido mais amplo, isto é, não na criação de municípios, mas no desmembramento de Estados. No caso do Sudeste Paraense o pleito girava em torno da criação do Estado do Carajás, abrangendo a maioria dos municípios criados após 1988.

Como a maioria da população rejeitou a criação de novos Estados no plebiscito de 2011, o novo Estado de Carajás foi abafado. Porém, cabe salientar que o próprio

plebiscito foi uma conquista das elites regionais que reivindicavam a criação. Uma elite política que construía seu discurso nas diferenças culturais e exploração econômica para com o que eles chamavam de “Estado do Pará”. Um claro resultado da fusão das múltiplas trajetórias sociais que a migração introjetou na fronteira paraense, sujeitos de distintas origens: mineiros, goianos, paranaenses e etc. (LOBATO, 2012; SAYAD, 1998).

E mesmo o próprio plebiscito amadureceu muito pelo crescimento econômico vigoroso que ocorreu na década de 2000. Nesse período houve um montante de investimentos públicos e privados no Sudeste Paraense que foram responsáveis por essa dinâmica econômica destacada. E foi embasado nessa pujança econômica que o discurso das elites alimentou o sonho de emancipação política do Estado de Carajás (LOBATO, 2012; 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurando nos debruçar no processo histórico da fronteira Sudeste Paraense nosso olhar buscou delinear alguns resultados territoriais das determinações econômicas gerais. Então, o enfoque do artigo foi capturar as modificações na malha territorial do recorte territorial que foram resultados diretos e indiretos dessa dinâmica econômica.

O que ficou claro é que as principais atividades econômicas tiveram um peso relevante na alteração dos limites municipais, modificando-os conforme elas iam se desenvolvendo. Ao longo de pouco mais de cem anos, isto é, de 1900 até 2010, a taxa de surgimento de novos municípios acompanhou a dinâmica econômica. Não de forma concomitante, já que a dimensão política interveio de certa forma retardando a criação de novos municípios em momentos decisivos.

Por isso é possível apontar que ao intensificar a exploração dos recursos naturais na fronteira a reprodução do capital forjou uma trajetória territorial bastante específica, onde as atividades desenvolvidas foram uma das peças da forja da malha territorial atual. Não obstante, os sujeitos sociais hegemônicos em cada uma dessas atividades econômicas na fronteira tiveram papel decisivo para materializar essas mudanças territoriais.

Assim, ao analisar a trajetória histórica da fronteira do Sudeste Paraense ficou claro que economia e território formam um par em constante interdependência, sendo

manipulados pela sociedade ao longo da história para garantir sua reprodução e seus interesses.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 13-25, 2000. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2000.123400. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123400>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, 159 p.

DROULERS, Martine. **Brésil: une géohistoire**. Paris: Press Universitaire de France, 2001, 306 p.

EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o Domínio dos castanhais**. 2. ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999, 204 p.

LIMA, Ivaldo Gonçalves de. **Fragmentação política e territorial em Carajás**. Rio de Janeiro, 1993. 328 f. Dissertação (mestrado em geografia) – Pos-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

LOBATO, Mateus Monteiro. **Migração na fronteira: pelos caminhos do migrante até Marabá-Pa**. 139 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

LOBATO, Mateus Monteiro. **Capital, território e monopólio no El Dorado de Carajás: uma análise da fronteira do Sudeste Paraense**. 234f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

LOBATO, Mateus Monteiro; SOARES, Daniel Araújo Sombra. Fronteira na geografia: proposições para uma reflexão. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, v. 2, n. 3, p. 175-193, 2015.

LOBATO, Mateus Monteiro; SOARES, Daniel Araújo Sombra. Fronteira na ciência geográfica: um conceito e dois contextos. In: SILVA, Christian Nunes da; LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de; SILVA, João Márcio Palheta da. (Org.). **Territórios, ordenamentos e representações na Amazônia**. Belém: GAPTA/UFPA, 2017, p. 35-58.

PALHETA DA SILVA, João Márcio. **Poder, governo e território em Carajás**. Presidente Prudente, 2004. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2004.

ROCHA, Gilberto de Miranda. A dinâmica territorial da malha político-administrativa municipal da região norte do Brasil (1988-2010). **Novos Cadernos NAEA**. v. 16, n. 1, pp. 211-228. jan./jun. 2013. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/570/1772>>. Acessado em: 25 set 2014.

SAYAD, Abdelmalek. **A migração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998, 304 p.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação dos municípios. **Revista ACTA Geográfica**, ano II, n. 3, jan./jun. 2008, p. 59-83.

VELHO, Octávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, 178 p.